

1 Ata da quatrocentésima sexagésima quinta reunião do Conselho Municipal Assistência Social de
2 Nova Lima (CMAS-NL), realizada no dia três de setembro de 2025, na sala de reuniões do Conselho
3 Municipal de Saúde, situada à Rua do Ouro, 145, bairro Centro, em caráter extraordinário. Estiveram
4 presentes os seguintes **conselheiros titulares**: **Adenilsa Lopes de Queiroz, Daniela Aparecida**
5 **Batista Horta e Francisco Lourenço Araújo** (representantes dos usuários); **Durcilene Regina**
6 **Teles, Maria Ivanete Luiz dos Santos e Diego Ferreira Vieira** (representantes dos trabalhadores
7 do Suas); **Fabiana Nunes Silva Gonçalves Rios** (representante da Adra Sudeste); **Beatriz Ferreira**
8 **Cascarro** (representante do Circo de Todo Mundo); **Lívia Fernanda Firmino** (representante da
9 Rede Cidadã); **Letícia Fernandes Godinho e Karen Flávia Figueiredo Batista** (representantes da
10 Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social - SEMDS) e **Ana Paula Silveira Lima**
11 (representante da Secretaria Municipal de Habitação - SEMHA). Participaram os seguintes
12 **conselheiros suplentes**: **Adriel Isac Leite Oliveira** (representante dos trabalhadores do Suas);
13 **Luciana Aparecida Pereira Oliveira Loyola e Diego Dias de Castro** (representantes da SEMDS);
14 **Jaqueline Patrícia Roberto** (representante da Secretaria Municipal de Educação - SEMED); **Lívia**
15 **Izabela Martins Garcia** (representante da Secretaria Municipal de Saúde - SEMSA) e **Telma**
16 **Regina Elevato de Lacerda** (representante da Secretaria Municipal de Política Urbana - SEMPUR).
17 Participaram como convidados: **Flávio Rogério da Silva** (representante do Cras Nordeste); **Bruno**
18 **Penido** (do Gabinete da Vereadora Viviane Matos); **Nelson Fernandes Maure Carvalho**
19 (Subsecretário de Assistência Social); **Caroline Soeiro Lanna** (representante da Diretoria de
20 Proteção Social Básica - PSB) e **Nilda Natividade de Souza Lima** (usuária do Cras Cruzeiro). A
21 Secretaria Executiva esteve representada pelas servidoras **Edleusis Barbosa Mares** (assistente
22 social) e **Kelma Cristina de Oliveira Chaves** (assistente administrativo). Constatando quórum, a
23 presidente Letícia Godinho deu início aos trabalhos apresentando a pauta do dia, qual seja: 1- Leitura
24 e aprovação da pauta do dia; 2- Informes; 3- Eleição da Mesa Diretora do CMAS/NL; 4- Composição
25 das Comissões; 5- Leitura da ata nº 464; 6- Apresentação de comparativo da Planilha Financeira do
26 Programa Jovem Aprendiz. Durcilene acrescenta como ponto de pauta o déficit de recursos humanos
27 na Secretaria Executiva. Letícia colocou em **votação a pauta do dia, que foi aprovada pelos**
28 **conselheiros Adenilza, Daniela, Francisco, Durcilene, Maria Ivanete, Diego, Fabiana, Beatriz,**
29 **Lívia, Letícia, Karen, Ana Paula, Jaqueline, Lívia Izabela e Telma**. A presidente **Letícia** passou
30 a palavra para a secretária executiva, **Edleusis**, que iniciou a leitura da ata da reunião anterior. Após
31 a leitura, a presidente colocou em **votação a ata nº 464**, que foi aprovada pelos conselheiros presentes,
32 com exceção da abstenção da conselheira **Durcilene**. A conselheira justificou sua abstenção por não
33 ter participado da reunião anterior e solicitou a informação sobre o valor da bolsa do Programa Jovem
34 Aprendiz. A Diretora da Proteção Básica, **Caroline**, prestou os devidos esclarecimentos. Dando
35 continuidade, houve a apresentação de todos os novos conselheiros presentes e **Letícia** informou que,
36 de acordo com o Regimento, este mandato a presidência do Conselho é da sociedade civil. Comunicou
37 ainda que o governo apresentou os nomes para composição da Mesa e, em comum acordo, foi

38 concedido um tempo de 10 minutos para que os representantes da sociedade civil dialogassem entre
39 si e apresentassem seus indicados. Encerrado o tempo, **Letícia** apresentou a composição da nova
40 Mesa Diretora: como **Presidente**, **Maria Ivanete**; como **Primeira Secretária**, **Adenilsa**. Na
41 sequência, **Ivanete** solicitou que fossem informados os critérios utilizados para a escolha dos
42 membros, destacando que, em mandatos anteriores, a presidência foi ocupada por um usuário e, em
43 outro momento, por representante da sociedade civil de entidades sendo, portanto, oportunizado agora
44 a representação de um trabalhador. **Letícia** também se apresentou como **Vice-Presidente**, indicada
45 pelo Governo e apresentou **Karen**, como **Segunda Secretária**. Composta a Mesa Diretora para o
46 próximo mandato, todos os nomes apresentados foram aprovados sem divergências pelos
47 conselheiros presentes. **Letícia** passou a condução da plenária para a nova presidente, **Maria Ivanete**,
48 que autorizou que a continuidade dos trabalhos fossem conduzidos por **Letícia**. Na sequência,
49 **Edleusis** apresentou, de forma sucinta, os objetivos de cada Comissão. **Letícia** atuou como
50 facilitadora nos esclarecimentos do conteúdo apresentado. Durante a explanação, a **Durcilene**
51 pontuou que o texto estava redigido de forma pouco acessível, dificultando a compreensão por parte
52 dos usuários. A conselheira **Fabiana** sugeriu que, posteriormente, seja articulada uma formação para
53 que todos os conselheiros possam compreender melhor suas atribuições. A diretora **Caroline** propôs
54 que fosse apresentada apenas a definição conceitual de cada Comissão. **Letícia** sugeriu que fosse feita
55 a leitura do título de cada Comissão, acompanhada de uma explicação em linguagem mais simples,
56 com o objetivo de facilitar o entendimento por todos, reforçando a importância da leitura do
57 Regimento Interno pelos conselheiros. Dando continuidade, prosseguiu-se com a apresentação de
58 todas as comissões. A conselheira **Ana Paula** reforçou que este é o primeiro dia de trabalho do novo
59 mandato e destacou que, caso todos compreendam neste momento as características gerais das
60 comissões poderão se candidatar de forma mais consciente. Acrescentou ainda que, após a formação
61 das comissões, os conselheiros terão a oportunidade de se apropriar mais profundamente dos
62 objetivos e atribuições de cada uma. **Letícia** deu continuidade à apresentação, exemplificando e
63 explicando as funções de cada Comissão. Ao tratar da Comissão de Ética, **Ana Paula** observou que
64 esta não existia anteriormente. Em complemento, a presidente **Maria Ivanete** esclareceu que a
65 Comissão de Ética foi constituída no último mandato, com composição paritária, em decorrência de
66 um fato específico e que, após a resolução do caso, a Comissão foi dissolvida. **Letícia** informou que
67 a Comissão de Ética está prevista no Regimento Interno como Comissão permanente e esclareceu
68 que sua atuação se dará mediante provação. Sugeriu, portanto, que a Comissão já seja formada.
69 **Durcilene** manifestou que a Comissão de Normas deveria compreender com mais profundidade o
70 que se entende por "Norma Ética", observando que desconhece a existência de uma normativa
71 nacional que defina especificamente o comportamento ético esperado de um conselheiro. **Nelson**
72 pontuou a importância da leitura do Regimento Interno, ressaltando ter observado alguns pontos
73 omissos no documento, como, por exemplo, a composição das comissões. Segundo ele, os
74 conselheiros, em comum acordo, decidiram na prática que seriam dois representantes de cada

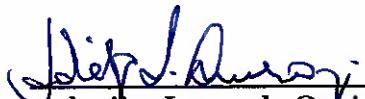
75 seguimento, e que esse tipo de informação precisa constar formalmente no Regimento. Como
76 exemplo, citou que, no Conselho Estadual, a Comissão de Ética não é permanente, atuando apenas
77 em casos específicos, pois o conselheiro julgado não pode fazer parte dessa comissão. **Nelson** sugeriu
78 que a Comissão de Normas deve revisar o Regimento Interno e aprimorá-lo em algumas questões.
79 **Fabiana** sugeriu que a composição dessa Comissão ocorra diante de alguma denúncia que possa
80 surgir, exemplificando como funciona o Conselho Estadual e acrescentou que, para qualquer
81 mudança, é necessária a alteração do Regimento Interno e **Nelson** reforçou o posicionamento de
82 **Ludson** e **Letícia** na última Plenária, no qual o Conselho não deve apenas discutir pautas
83 apresentadas pela Gestão, mas propor outras discussões em reunião. Também enfatizou que a
84 Comissão de Ética do Conselho Estadual atua internamente ao Conselho. **Fabiana** sugeriu a criação
85 de um Grupo de Trabalho (GT) ou de uma comissão para atuar na avaliação e monitoramento das
86 deliberações realizadas na Conferência Municipal. **Flávio** reforçou a importância do monitoramento
87 das deliberações, tendo em vista que os usuários não recebem retorno sobre as informações das
88 deliberações. **Maria Ivanete** ressaltou que muitas deliberações dependem de outras políticas públicas
89 e que percebeu que algumas delas foram cumpridas integralmente, enquanto outras foram
90 parcialmente atendidas. **Durcilene** concordou com a sugestão de Fabiana, considerando positiva a
91 criação de uma comissão ou grupo de trabalho para esse fim. **Letícia** pontuou que a Comissão de
92 Normas deve, em outra oportunidade, rediscutir o Regimento Interno como um todo e deu
93 continuidade à pauta referente à composição das comissões. **Fabiana** solicitou esclarecimentos sobre
94 a composição quanto ao coordenador e vice coordenador da Comissão e **Letícia** informou que a
95 definição desses cargos está prevista no Regimento, mencionando a existência das figuras do
96 coordenador e do coordenador adjunto. **Nelson** sugeriu que a Comissão de Normas avalie a
97 possibilidade de inclusão da alternância na coordenação das comissões, uma vez que esse ponto não
98 está atualmente contemplado no Regimento Interno. **Letícia** retomou a palavra e apresentou os nomes
99 indicados para a composição das comissões, conforme segue: **Comissão de Política** - representantes
100 do Governo: **Diego** e **Karen** e representantes da sociedade civil: **Maria Ivanete** e **Fabiana**;
101 **Comissão de Normas e Fiscalização** - representantes do Governo: **Luciana Oliveira** e **Sandra Tibo**
102 e representantes da sociedade civil: **Adriel** e **Beatriz**; **Comissão de Financiamento** - representantes
103 do Governo: **Jansen** e **Letícia** e representantes da sociedade civil: **Durcilene** e **Adenilsa**; **Comissão**
104 **de Acompanhamento de Programas de Transferência de Renda**: representantes do Governo: **Laís**
105 e **Lívia** e representantes da sociedade civil: **Daniela** e **Lívia Fernanda**. **Letícia** informou que os
106 interessados ainda poderão integrar as comissões na condição de participantes, ressaltando que a
107 composição da Comissão de Ética será rediscutida em momento oportuno, para definição posterior
108 dos critérios de participação. Destacou, ainda, que a aprovação final da Comissão de Ética será
109 realizada por meio de votação em Plenária e reitera que, uma vez formadas as comissões, elas se
110 reunirão para definir quem será o coordenador e o coordenador adjunto. As reuniões ocorrerão
111 conforme o calendário estabelecido ou de acordo com as pautas apresentadas ao Conselho. Dando

112 continuidade, passou-se à apresentação da planilha financeira do Programa Jovem Aprendiz e reitera-
113 se que, na última Plenária, foi aprovado o edital do referido programa, com a ressalva de que fosse
114 apresentado o comparativo financeiro para apreciação do Conselho nesta reunião. **Caroline** iniciou a
115 apresentação e **Durcilene** questionou sobre a execução do projeto, considerando que já estamos em
116 setembro de 2025. **Caroline** esclareceu que o que está sendo apresentado refere-se ao valor total da
117 parceria, que terá duração de 26 meses, com início previsto para outubro, data em que será assinado
118 o Termo de Colaboração. **Ivanete** solicitou esclarecimentos sobre o orçamento do próximo ano,
119 especialmente no caso de haver um aumento no aporte financeiro. Questionou como seria feita a
120 inserção de novos jovens: haveria um novo edital? **Nelson** explicou que, na gestão pública, qualquer
121 gasto precisa ter previsão orçamentária e informou que os R\$ 3 milhões previstos garantem a
122 execução do projeto ao longo dos 26 meses com 50 jovens. Caso haja um aporte financeiro adicional
123 no futuro, ele poderá ser viabilizado por meio de aditivos, o que está regulamentado na Lei nº
124 13.019/2014 (Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil). **Nelson** reforçou que,
125 havendo recurso extra, o aditamento será submetido ao CMAS. Destacou ainda que alguns ajustes
126 pontuais podem ser feitos sem a necessidade de aprovação do Conselho, como, por exemplo, reforço
127 no orçamento para compra de lanches, caso o valor inicialmente previsto se mostre insuficiente e
128 realocação de valores de itens com sobra, como o aluguel. As comissões responsáveis conduzem
129 esses ajustes conforme a necessidade e a regulamentação vigente. **Fabiana** pontuou que o que não
130 pode ser alterado em hipótese alguma é o objeto do termo de parceria, ou seja, a finalidade principal
131 do projeto. **Letícia** complementou, esclarecendo que, embora o objeto não possa ser modificado, as
132 metas podem ser ajustadas, conforme a evolução do projeto e dentro dos parâmetros legais. **Ivanete**
133 mencionou que não possui conhecimento técnico suficiente sobre essas possibilidades de alterações
134 via aditivos e manifestou dúvidas sobre como elas funcionam na prática. **Durcilene** expressou
135 preocupação quanto à possibilidade de não haver aporte financeiro suficiente para ampliar o número
136 de jovens futuramente e **Caroline** explicou que o projeto não havia sido previsto no planejamento do
137 ano anterior, e, quando surgiu a possibilidade de receber o aporte financeiro, a Gestão agiu
138 rapidamente para garantir a execução, ainda que com um número reduzido de jovens. Reforçou que
139 o desenho atual do projeto foi a solução viável para viabilizá-lo dentro do tempo e dos recursos
140 disponíveis no momento. **Ana Paula** ressaltou que o Termo de Colaboração já foi aprovado em
141 Plenária anterior e que, neste momento, a pauta refere-se apenas à apresentação do comparativo entre
142 o previsto e o executado. **Ivanete** questionou se o prazo de impugnação do edital já havia expirado.
143 **Caroline** informou que essa informação foi apresentada na última reunião, mas que não tinha os
144 dados em mãos no momento e deu continuidade à apresentação, destacando que, devido à troca de e-
145 mails institucionais, algumas informações originalmente previstas acabaram se perdendo. No entanto,
146 reforçou que o mais relevante é o que foi efetivamente previsto e executado pela Rede Cidadã,
147 conforme apresentado no plano de trabalho. Reforça que o valor da bolsa para o jovem aprendiz será
148 de R\$ 900,00 (novecentos reais). **Ivanete** aponta inconsistências nas informações apresentadas e

149 esclarece que, devido à insuficiência de dados, não se sente segura para realizar uma análise ou emitir
150 posicionamento enquanto conselheira. **Letícia** relembra que o documento foi aprovado na última
151 Plenária, com a ressalva de que o demonstrativo financeiro fosse apresentado posteriormente, e
152 destaca que, diante do curto espaço de tempo, é difícil analisar os valores com a mesma profundidade
153 das reuniões realizadas pelas comissões. Em seguida, **Ivanete** ressalta que a Gestão sugeriu a
154 apresentação do demonstrativo financeiro em razão da urgência do prazo. No entanto, **Nelson** pontua
155 que a sugestão partiu do próprio Conselho. **Ivanete** retoma a fala esclarecendo que sua sugestão foi
156 a de apresentar o documento ponto a ponto e reforça que alguns itens apresentados ainda não estão
157 suficientemente claros para uma análise adequada. **Caroline** dá continuidade à apresentação,
158 esclarecendo alguns pontos que constavam no termo anterior e que foram mantidos ou ajustados no
159 termo atual, como a alteração do valor destinado ao contador e a previsão de despesa com aluguel,
160 que não havia sido contemplada na proposta anterior. **Durcilene** solicita esclarecimentos quanto ao
161 valor previsto para o aluguel, ao que **Caroline** informa que, neste novo termo, a despesa foi prevista,
162 diferentemente do termo anterior. Em seguida, **Durcilene** questiona sobre o valor destinado a
163 "passeios" e pede que seja especificado a que se refere tal item e **Caroline** esclarece que esse valor
164 contempla visitas a entidades que atuam com jovens aprendizes, passeios culturais, visitas a
165 faculdades e participação em feiras de formação. **Durcilene** solicita que seja apresentada uma
166 resposta quanto à possibilidade de aditivo contratual, questionando se há alguma limitação legal ou
167 técnica e, caso exista, qual seria, especialmente diante da hipótese de um possível aporte financeiro.
168 **Letícia** apresenta o último ponto de pauta, referente à vaga existente na Secretaria Executiva.
169 **Durcilene** destaca a importância de se manter dois profissionais alocados neste setor, conforme
170 previsto em lei e **Nelson** esclarece que, desde o início desta Gestão tem realizado escutas junto aos
171 trabalhadores e, inclusive, solicitou aos coordenadores das unidades do SUAS que ofertasse a vaga.
172 No entanto, até o presente momento, não houve manifestação de interesse por parte dos trabalhadores
173 em assumir essa função. **Nelson** reforça que esse processo tem sido conduzido com respeito à
174 trajetória e à história de cada trabalhador. **Durcilene** destaca que não é possível a realização de
175 plenárias sem a presença da Secretaria Executiva e **Caroline** observa que já participou de plenárias
176 que ocorreram mesmo sem a presença do técnico da secretaria executiva. **Luciana** reforça que tem
177 percebido um esforço por parte da Gestão para suprir os déficits de pessoal nos diversos locais de
178 trabalho. **Nelson** reitera que tem governabilidade apenas sobre a SEMDS e, por isso, tem adotado
179 uma postura cuidadosa, evitando ser impositivo. **Durcilene** reforça que o espaço da Secretaria
180 Executiva não pode permanecer vacante. **Diego** acrescenta que, caso não haja manifestação de
181 interesse por parte dos trabalhadores, o Subsecretário poderá adotar uma postura impositiva, o que
182 não é o desejo Nelson. **Edleusis** informa que entrará em período de férias no mês de outubro e ressalta
183 que o trabalho técnico é desenvolvido principalmente junto às comissões. A conselheira **Adenilsa**
184 solicita a oportunidade de opinar sobre a disposição das cadeiras no espaço da reunião, pois considera
185 o formato atual inadequado. **Kelma** informa que as próximas plenárias não serão realizadas no

186 Conselho de Saúde, em razão de demandas internas de organização daquele. Nada mais havendo a
187 tratar, eu **Edleusis Barbosa Mares**, lavrei a presente ata, que após lida em plenária e aprovada, será
188 assinada pelos conselheiros.

Maria Ivanete Luiz dos Santos
Presidente do CMAS-NL



Adenisa Lopes de Queiroz
1ª Secretária do CMAS-NL

Adriel Isac Leite Oliveira

Beatriz Ferreira Cascarro

Diego Dias de Castro

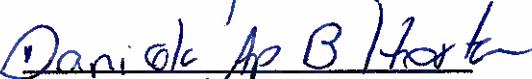

Durcilene Regina Teles

Francisco Lourenço Araújo

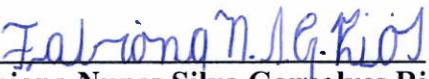
Lívia Fernanda Firmino

Luciana Aparecida P. O. Loyola


Letícia Fernandes Godinho
Vice-Presidente do CMAS-NL


Karen Flavia Figueiredo Batista
2ª Secretária do CMAS-NL
Ana Paula Silveira Lima
Daniela Aparecida Batista Horta

Diego Ferreira Vieira


Fabiana Nunes Silva Gonçalves Rios
Jacqueline Patrícia Roberto
Lívia Izabela Martins Garcia

Telma Regina Alevato de Lacerda